

©Copyright, 2006. Todos os direitos são reservados. Será permitida a reprodução integral ou parcial dos artigos, ocasião em que deverá ser observada a obrigatoriedade de indicação da propriedade dos seus direitos autorais pela INTERFACEHS, com a citação completa da fonte. Em caso de dúvidas, consulte a secretaria: interfacehs@interfacehs.com.br

MULHERES DO TRABALHO SOCIAL: ENTRE O PRIVADO E O PÚBLICO

Silvia Carla Miranda Ferreira

Mestre em Educação pela Unicamp. silviamirandaferreira@gmail.com

RESUMO

O objetivo central deste artigo é refletir sobre o significado da expressiva presença feminina no novo associativismo com base em um enfoque socioantropológico. Para tanto, partimos da análise da trajetória de vida individual e familiar de seis lideranças, o que permite verificar as características da relação entre experiência da vida privada e experiência no espaço público associativo a fim de obter elementos que ajudem a compreender a dinâmica própria do novo associativismo que se encontra entre o privado e o público. A pesquisa foi realizada em Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes, distritos do extremo leste da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: gênero; associativismo; neoliberalismo; trabalho precário; democracia.

O novo associativismo está imerso em meio a um debate intenso e difuso que, em geral, assume um caráter dicotômico. Podemos, então, dizer que, de um lado, temos aqueles que o defendem, afirmando estarmos diante de um processo de humanização do capitalismo por meio da redefinição da noção de público – o público não-estatal (BRESSER-PEREIRA, 1999) –, o que permite a participação direta e institucionalizada da sociedade civil no enfrentamento das questões sociais, e, de outro lado, temos os que defendem a tese de que as iniciativas associativas são definidas pela lógica do capital de minimização dos custos e de transferência das responsabilidades sociais do Estado para os indivíduos (MONTANO, 2007), promovendo a refilotropização da questão social (YAZBEK, 1995).

De fato o Estado neoliberal se define, entre outras premissas, pela disciplina orçamentária, o que significa dizer que há a recomendação clara em se reduzir os gastos com o bem-estar social (ANDERSON, 1995), sendo aceitas apenas ações que tenham o indivíduo como foco, ou seja, como público-alvo: programas como o 'renda mínima' exemplificam bem esse posicionamento. O resultado dessa mudança de papel do Estado brasileiro, que até a década de 1980 tinha um perfil desenvolvimentista, é a transferência do tratamento da questão social para a sociedade civil, e implicou uma expansão sem precedentes do novo associativismo, principalmente a partir de 1995, quando a Reforma do Estado tem início no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O que se vê, desde então, é a predominância do empreendedorismo social, da lógica dos projetos e da parceria entre setor público e setor privado (CABANES; TELLES, 2006), em que a boa governabilidade e governança significam, para os entusiastas do Estado Mínimo, corresponsabilidade entre primeiro, segundo e terceiro setores, ficando como função do Estado regular, induzir, fomentar, controlar e gerenciar a atuação da sociedade organizada, agentes econômicos e sociais, no que concerne ao desenvolvimento de atividades de interesse público (JUCÁ, 2003).

Seguindo a lógica da estabilidade monetária e buscando romper de vez com a ideia de Estado Interventor, o receituário neoliberal promoveu uma Reforma Econômica que consistia, principalmente, na privatização das estatais e na terceirização de serviços e de empregos públicos de áreas não essenciais. Cria-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, que regula e limita o endividamento do poder público em todas as instâncias, assim como seus gastos com o funcionalismo público.

Estado forte é agora aquele que recua quanto a sua intervenção no mercado, colaborando, desse modo, para a restauração da taxa 'natural' de desemprego a fim de

se criar um exército de reserva de trabalho para abalar o poder dos sindicatos (ANDERSON, 1995). Inicia-se um processo de desregulamentação do mercado de trabalho pautado na ideia de flexibilização das relações e dos contratos de trabalho, garantindo, assim, a livre concorrência. As fronteiras comerciais são abertas, permitindo a liberdade de circulação do capital financeiro.

O neoliberalismo nos coloca diante de um novo padrão de acumulação – flexível – que define um pacto diferente entre capital e trabalho, baseado na livre contratação. Cria-se com isso o lastro para o desenvolvimento de dois outros fenômenos: a reestruturação produtiva e a globalização. No entanto, essa mudança paradigmática não pode ser reduzida a uma mudança na forma de acumulação, pois ela implica também uma mudança no modo de vida, pautado anteriormente na busca do pleno emprego, em certa estabilidade do trabalho e nas garantias sociais.

Tal afirmação é válida mesmo para a sociedade brasileira, em que a maior parte da população não pertencia à sociedade salarial, majoritariamente masculina. Todavia, essa era uma perspectiva que se apresentava no horizonte das pessoas como sentido de vida a ser alcançado. Com o neoliberalismo o horizonte que se delineia é o da precarização das condições de trabalho que gera uma sensação de abandono social, instabilidade e incerteza quanto ao futuro, transformando rapidamente homens e mulheres em seres obsoletos e descartáveis, que devem ser substituídos por trabalhadores(as) ‘novos’ e ‘modernos’, isto é, flexíveis (DRUCK, 2006).

Todavia, o processo de flexibilização e de precarização do trabalho, em que a informalidade e as formas atípicas de trabalho crescem, assim como o desemprego estrutural e o subemprego, atinge distintamente segmentos da população que previamente assumem posições de menor valor e importância no contexto social – econômico, político, cultural: mulheres, jovens, negros, migrantes, ilegais e idosos, por exemplo.

Iremos nos deter particularmente na análise das consequências geradas por esse rol de transformações sobre a vida das mulheres, a fim de entender a relação entre a precarização do trabalho, a transferência do tratamento das questões sociais do Estado para outros atores sociais e a forte entrada das mulheres no novo associativismo, cujas ações são focadas, relativizando a noção de universalidade dos direitos sociais e a própria noção de democracia.

Vale ressaltar que optamos por iniciar a análise nas práticas das seis lideranças, para entender os processos sociais que caracterizam o contexto social e político atual, pois as análises macrossociais e institucionais, embora importantes, acabam

interpretando o novo associativismo segundo posições teóricas e políticas dicotômicas e opostas, que ou defendem essa forma de ação ou a criticam veementemente.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A ênfase que damos às práticas dos atores sociais dos espaços associativos deve-se à intenção em construir uma base analítica que possa contribuir, de modo diferente, para o debate em torno das mudanças no processo de construção de uma sociedade democrática, considerando as relações existentes entre vida privada e experiência pública do ator social, entre espaço privado e espaço público que “se definem em uma mútua e permanente interação...” (CABANES, 2006, apud CABANES; TELLES, 2006), o que permite entender as sociabilidades em construção em ambos os espaços.

Essa perspectiva processual e relacional (ELIAS, 1994) aqui proposta – que busca ainda observar o fluxo contínuo entre espaço privado e espaço público – pensa o indivíduo a partir das inúmeras inter-relações que dão a ele sentido na sociedade, permite compreender as correlações de tensão e contradição que caracterizam o vínculo entre Estado, mercado e sociedade civil de modo a lançar luz sobre a imbricação entre processo democrático e processo de precarização, enfim, sobre o paradigma democrático-neoliberal.

Queremos, especialmente, propor algumas questões sobre o significado da presença expressiva das mulheres no mundo associativo, de modo a entender a relação entre tal presença e as mudanças recentes no mercado de trabalho, o tratamento que os atores sociais das associações dão às questões sociais, assim como os efeitos que essa experiência produziu nos arranjos familiares das lideranças femininas, o que poderia resultar em rompimentos com os padrões tradicionais presentes tanto no espaço público, quanto na família.

Vale ressaltar que compreendemos ‘família’ como unidade social mais concreta que a noção de indivíduo. A sociedade é formada por indivíduos, mas estes estão articulados em diversos grupos sociais, entre eles, e em primeiro lugar, os grupos familiares. É na família que se é primeiramente sociabilizado, que as relações de gênero se atualizam sobre as mesmas bases que as outras relações sociais – dimensão de justiça, de igualdade, de dominação (CABANES, 2006) – e que ainda se constrói uma primeira visão de mundo.

A família, vista como realidade construída pela linguagem, socialmente elaborada e internalizada pelos indivíduos, assume, assim, um lugar privilegiado para pensar a relação entre indivíduo e meio social, entre o tempo biográfico da família e o tempo social dos distritos pesquisados. O tempo todo família e território se autodefinem com base no acesso a serviços públicos, moradia, educação, emprego, equipamentos urbanos e associações de bairro, o que altera as práticas cotidianas e as estratégias de vida de cada núcleo familiar (CABANES; TELLES, 2006; CORRÊA, 2003; SARTI, 1994, 2004).

Desse modo, localizamos o indivíduo nos contextos que dão a ele sentido e de onde ele irá ressignificar, seja ele mesmo, seja o mundo em que vive. Portanto, o *boom* associativista é pensado com base no conjunto de práticas dos atores sociais que o constituem e constroem, buscando refletir sobre as contradições inerentes a esse campo de disputas e de conflitos. Para tanto fizemos uso do método biográfico, por meio do qual obtivemos o relato das trajetórias de vida individual e familiar de seis líderes comunitárias, tendo acesso, assim, à forma como atuam na cena social e como a pensam. Com isso, podemos compreender a inter-relação entre a experiência pessoal de cada uma e sua entrada no mundo associativo.

O método biográfico tem uma multidimensionalidade que permite analisar em profundidade as relações sociais familiares, a saber,

- 1) dimensão individual: relaciona-se a como cada pessoa vê ao outro e a si mesmo;
- 2) dimensão do casal: relaciona-se à negociação do casal quanto à divisão sexual do trabalho no mundo social e na vida doméstica – estratégias de trabalho, de residência, vida reprodutiva, escolha de consumo, estilos de vida. Decisões, portanto, que têm peso sobre a história familiar;
- 3) dimensão geracional: relaciona-se à postura e às características assumidas por uma geração perante sua antecessora. (FERREIRA, 2009)

Com isso, queremos entender também qual o sentido que a experiência associativa tem para a mulher, uma vez que esse campo de atuação vem se delineando como um tipo de inserção ocupacional, que pode afetar as representações e as identidades tradicionais no espaço da família.

GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

Neste tópico realizaremos uma discussão que pretende refletir sobre os vínculos existentes entre processo de precarização das condições e relações do trabalho e o crescimento associativo da década de 1990, analisando como esse espaço associativo pode delinear-se como oportunidade de trabalho num contexto de desregulamentação do mercado de trabalho, assim como pode constituir-se ele mesmo num tipo de trabalho precário.

Mais especificamente, segundo uma perspectiva de gênero, lançaremos uma discussão sobre a diversidade de trabalhos precários existentes e o tipo de inserção ocupacional feminina nos dias atuais. Se o trabalho associativo, como dissemos, surge como uma oportunidade de trabalho, especialmente para as mulheres, cuja presença é expressiva, é fundamental analisarmos o sentido dessa participação e atuação feminina na medida em que o trabalho da mulher é transpassado por conceitos discriminatórios.

Para aprofundar essa análise é importante considerar a localização do trabalho associativo entre o espaço privado da família e o espaço público, a fim de entender se ocorre uma valorização do trabalho da mulher que a insere num processo de autonomização ou se ocorre um processo de desvalorização desse trabalho na medida em que é vinculado ao universo do *care*. A entrada da mulher no novo associativismo promove a constituição de um espaço democrático na medida em que rompe com velhas práticas clientelistas ou, pelo contrário, suas ações reproduzem tais práticas, legitimando-as. Trataremos dessas questões no decorrer do artigo.

A mulher e o processo de flexibilização do mercado de trabalho no Brasil

O desprestígio vivenciado pelas mulheres na vida profissional é reafirmado na divisão sexual do trabalho doméstico, que, entre outras coisas, designa a ela quase completamente a responsabilidade pela reprodução social – educação e cuidado com os filhos e dependentes – legitimando certo ‘destino biológico’ feminino que hierarquiza histórica e culturalmente homens e mulheres, em detrimento destas últimas (HIRATA, 2002; NEVES; COSTA, 2007), que sofrem mais fortemente com as alterações mercadológicas atuais.

Desde a indústria até o comércio, passando pelo trabalho em casa e pelo cuidado de terceiros, o trabalho da mulher tem a marca da desqualificação, seja por supostamente

não exigir 'qualificação', seja pelo fato de ser associado ao universo feminino, visto negativamente.

Serviços de proximidade – trabalho doméstico; cuidado com crianças e idosos – são considerados femininos e, portanto, de menor valor. Isso ocorre porque tais práticas são naturalizadas, ou seja, são apartadas do processo de aprendizagem que tem início desde a infância. (HIRATA, 2002; HIRATA; MARUANI, 2003)

Essa linha de pensamento pode ser observada na indústria, com base nos tipos de trabalho atribuídos às mulheres, em geral, os menos estimulantes: repetitivos e simples, designados a elas por exigirem meticulosidade, atenção e precisão, características 'naturalmente' vinculadas à mão de obra feminina. As empresas destituem-se, assim, da responsabilidade por remunerar características e qualificações que não foram obtidas por meio de formação interna ao ambiente de trabalho.

Mas as diferenças de tratamento, acesso e remuneração não se restringem ao chão de fábrica invadindo outros setores. Mesmo aquelas mulheres que alcançaram cargos de comando ou que ocupam em geral posições iguais às dos homens são remuneradas inferiormente, tratadas de modo diverso, e têm seu acesso para a construção de carreiras diferenciado, o que cria uma barreira para que alcancem sua autonomia completa, tanto concreta como simbólica (HIRATA, 2002).

A justificativa para a baixa remuneração é pautada na ideia do alto custo da mão de obra feminina. Encarregadas culturalmente da responsabilidade pela reprodução social e do cuidado com a prole e sua sociabilização, a mulher tem necessidade de se afastar do trabalho por certo tempo, obrigando a empresa a custear uma substituição, além de garantir para sua funcionária afastamento remunerado. Isso geraria um aumento dos gastos da firma, que daria preferência, assim, para a mão de obra masculina, mais barata.

Essa ideia, disseminada na nossa sociedade, não se sustenta na realidade, pois o custo com o afastamento da mulher em consequência da geração de vida é, no Brasil e na maioria dos Estados-providência, responsabilidade do Estado e não da empresa, o que demonstra uma culpabilização da mulher pela possibilidade de ser mãe – dando uma conotação negativa para essa condição. Além disso, geralmente as firmas não contratam uma nova mão de obra temporária, redistribuindo as tarefas entre seus funcionários. Isso realça o mito culturalmente construído em torno da maternidade e do trabalho feminino,

bem como as representações e práticas presentes no cotidiano (OIT, 2005; HIRATA; MARUANI, 2003).

Isso obriga as mulheres a escolher entre a maternidade e a profissão, resultando muitas vezes na opção em não ter filhos, ou tê-los tardiamente e em menor número. Para aquelas que resolvem conciliar vida doméstica, familiar e profissional a consequência é a sobrecarga das duplas jornadas de trabalho que aumentam o nível de estresse, levando ao desenvolvimento de inúmeras doenças (DRUCK; FRANCO, 2007; LEITE, 2003; HIRATA, 2002).

O processo de flexibilização do trabalho que o mercado brasileiro experimenta a partir da década de 1990 afeta significativamente a condição de trabalho da mulher uma vez que reutiliza, ampliando, desigualdades preexistentes. Mesmo sendo mais escolarizada, a mulher assume os cargos mais instáveis e precários do mercado, além de intercalar períodos de emprego com inúmeros períodos de desemprego preenchidos com qualquer tipo de trabalho. Segundo informações do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Informais de São Paulo (nov./2006) a presença feminina no mercado informal é expressiva, perfazendo a metade dos trabalhadores. Apesar disso, as mulheres são minoria na direção do sindicato.

Quando observamos o lugar que atribuem às mulheres numa cadeia produtiva, percebemos que elas se encontram majoritariamente na ponta precária, ou seja, no final da cadeia, onde estão os trabalhos menos estimulantes e mais mecânicos. E, ainda, cargos que têm seu valor e prestígio reduzido são feminizados, ou cargos feminizados perdem conteúdo e são desvalorizados (GUIMARÃES; HIRATA, 2006; HIRATA; MARUANI, 2003).

Diante desse quadro desfavorável, construído a partir de uma divisão sexual do trabalho culturalmente forjada, e frente a outras dificuldades que afetam o acesso ao emprego, como o grau de instrução (embora sejam geralmente mais escolarizadas) e ausência de creches e escola em tempo integral para deixar seus filhos, as mulheres unem-se com outras pessoas e formalizam uma ação que tenta suprir as carências da sua comunidade por meio de associações de bairro, uma vez que o Estado recua em relação ao enfrentamento das suas responsabilidades sociais.

Diante dessa desvalorização do trabalho feminino e da presença significativa da mulher da direção, participação e uso dos serviços oferecidos pelas entidades, faz-se interessante analisar suas práticas – principalmente porque o trabalho associativo pode ser vinculado com ‘coisa de mulher’ – para observar em que medida estas se constituem

como permanências de velhas práticas autoritárias, clientelistas, injustas, desiguais, ou se representam inovações que podem nos levar a uma realidade mais democrática.

A participação da mulher no terceiro setor

Como vimos, o receituário neoliberal promove simultaneamente a desregulamentação do mercado de trabalho, a Reforma do Estado e a expansão do complexo e heterogêneo terceiro setor, cuja legitimação é alcançada a partir de 1997, quando o Conselho da Comunidade Solidária define seu marco legal. O terceiro setor é promovido, então, a 'ator' mais competente para lidar com as questões sociais, até mesmo com o próprio desemprego, revelando uma mudança na compreensão da noção de direito social, o que afetará a população em geral mas, significativamente os mais pobres.

Conforme a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pobreza é definida como 'ausência de renda', mas também como resultante de uma complexa combinação de precário acesso aos serviços públicos e de ausência de poder. Essa dimensão multidimensional da pobreza está relacionada à liberdade real das pessoas, àquilo que elas podem fazer e ser (GUÉRIN, 2005, apud NEVES; COSTA, 2007). Partindo dessa definição, ambas as instituições concluem que a pobreza na América Latina é essencialmente feminina (WANDERLEY, 2002, apud NEVES; COSTA, 2007).

No Brasil temos visto que a inserção no trabalho associativo tem se definido para as mulheres como uma das formas de superação da pobreza, de integração na sociedade e de garantia dos direitos sociais, na medida em que se abre a possibilidade de acesso a certos serviços básicos e de geração de renda e trabalho. Neves e Costa (2007) apontam que a entrada das mulheres no trabalho associativo segue, muitas vezes, uma trajetória ocupacional, iniciada na juventude, de trabalhos precários e informais, intercalados por períodos variados de desemprego. Muitas dessas trajetórias ocupacionais foram interrompidas pelo advento do casamento e/ou pela chegada dos filhos, o que ainda funciona como grande impeditivo ou, pelo menos, como complicador para se dar seguimento a uma carreira profissional.

Poderíamos, assim, explicar a presença expressiva das mulheres no terceiro setor, que se delinea como alternativa ao desemprego, como resultado imediato de uma experiência de vida anterior no seio de uma sociedade e de um mercado excludentes.

Além disso, o trabalho associativo assume uma posição flexível na qual é possível conciliar em parte trabalho reprodutivo e produtivo (MATOS, 2005).

No entanto, o trabalho associativo poderia ser mecanicamente considerado como prolongamento de trabalhos ditos 'femininos', tais como artesanato, cozinha, costura e creche, aprofundando desigualdades preexistentes. É a partir dessa consideração que analisar as práticas das seis lideranças foi fundamental para dimensionar como as mulheres, que estão previamente vinculadas a um circuito de precariedade social, ao atuarem nos limites do terceiro setor esbarram nesse mesmo circuito, retroalimentando-o, e/ou constroem possibilidades democráticas concretas que rompam com ele, tanto no espaço da vida privada, quanto no espaço público associativo, promovendo, por exemplo, a igualdade de gênero (NEVES; COSTA, 2007).

ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE VIDA DAS SEIS LÍDERES COMUNITÁRIAS

Analisaremos neste tópico a trajetória de vida individual e familiar de seis líderes comunitárias que atuam nos distritos contíguos de Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes,² localizados no extremo leste da cidade de São Paulo, a fim de contribuir para a compreensão dos processos sociais que estão se desenrolando no contexto em que vigoram simultaneamente as premissas democráticas e neoliberais.

Trabalho na infância

Glória, Lilá, Micaela e Eleonor (negras) pertenciam a lares monoparentais chefiados por mães analfabetas ou com apenas o primário, que trabalhavam como empregadas domésticas, lavadeiras, lavradoras. Fabíola e Paula (brancas) pertenciam a lares biparentais, onde a figura do provedor estava centrada no homem. Apesar de a renda principal (emprego formal) ser dos pais, suas mães (baixa escolaridade) tinham boa inserção ocupacional, ainda que exercessem atividades ditas 'femininas': trabalho doméstico e costura.

Apenas as mulheres negras trabalharam como empregadas domésticas durante a infância (Glória; Lilá; Micaela; Eleonor); Paula (branca) trabalhou com costura, no domicílio, apenas por sete meses e por duas horas ao dia, em razão de desemprego do pai. Fabíola (branca) não trabalhou. Para todas, o trabalho vinculado ao universo feminino do *care* (onde há desqualificação dos saberes adquiridos) e domiciliar predominou,

revelando, como Georges e Silva (2007) e Lavinias (1998) apontam, que majoritariamente são as mulheres e/ou as meninas que exercem o trabalho domiciliar.

Vale destacar que tanto Micaela (órfã), como Eleonor (afastada da mãe) foram inseridas de partida num circuito de exploração familiar do trabalho doméstico infantil, sem remuneração, tendo apenas comida e abrigo. Em contrapartida, Glória e Paula, apesar de terem trabalhado na infância, estavam sob os cuidados de suas mães, sendo remuneradas, ainda que o valor fosse baixo. A experiência como empregada doméstica nos mostra o caráter precário desse trabalho, na medida em que crianças são exploradas em serviços pesados de limpeza, no preparo de refeições, na lavagem de roupas, nos cuidados com outras crianças, e isso muitas vezes impede que estudem. Além disso, a remuneração é baixa, pois tais atividades são consideradas como “habilidades inerentes à natureza feminina”, desvinculadas, portanto, de qualquer processo de aprendizagem.

Podemos, então, dizer que a condição de pobreza – multidimensionalmente compreendida como ausência de renda e poder (NEVES; COSTA, 2007) – foi vivenciada mais pelas famílias monoparentais chefiadas por mulheres do que pelas famílias biparentais; mais pelas mulheres negras do que pelas brancas; mais por aquelas provenientes do interior, que trabalharam no campo, do que por aquelas que nasceram e viveram em grandes centros urbanos como São Paulo.

Educação como meio de superação da condição de pobreza

Superar essa condição de pobreza com base em um investimento na formação se coloca como possibilidade cada vez menor, sobretudo para Eleonor e Glória, pois elas foram obrigadas a trabalhar desde cedo em razão da baixa renda familiar (mãe faxineira e lavadeira, respectivamente), o que acabava impedindo ou se colocando como obstáculo para que estudassem e, desse modo, viessem a se reinserir no mercado de trabalho mais vantajosamente.

É importante dizer que a educação nunca foi formulada, para essas duas mulheres, como possibilidade de construção de autonomia e nem de superação do ciclo de trabalhos de baixa qualificação, ao qual as próprias mães pertenciam. Glória, por exemplo, interrompeu os estudos aos 12 anos para casar, pois o casamento significava um aumento na renda familiar (soma da renda dela – empregada doméstica – com a do marido – lubrificador de carros) e, portanto, uma melhora na qualidade vida.

Lilá, Micaela e Paula tiveram boa formação escolar, entrando até mesmo no ensino superior (privado), e isso permitiu que a educação se delineasse como

possibilidade de superação da condição de pobreza de modo mais concreto. Todavia, a impossibilidade de pagar os cursos frustra tal possibilidade.

Diferentemente, Fabíola trilha uma trajetória na qual a formação educacional tem papel estratégico para a construção da autonomia e para a superação da condição de pobreza. Sua mãe é a grande incentivadora desse investimento em Fabíola; a própria mãe, com base em experiências de trabalho e na militância, vai conquistando sua autonomia. A experiência de Fabíola na Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) também contribuiu para essa centralidade dada à educação. Assim, verificamos que apenas para Fabíola a superação da condição de pobreza por meio da educação se fez de fato.

A influência da experiência militante sobre as escolhas pessoais e profissionais das seis mulheres

Para Lilá, Micaela e Fabíola a experiência militante resultou na aquisição de novos saberes e na alteração de postura na vida profissional e pessoal. A participação de Micaela no movimento negro fez que reelaborasse as estratégias de ação da sua vida, tendo início um processo de autonomização, até mesmo no espaço privado da família. Na vida profissional ela opta pelo trabalho autônomo, fora do mercado formal onde encontra discriminação por ser negra.

A experiência de Lilá no meio jornalístico e publicitário militante, assim como no movimento negro e feminista, explica, segundo ela, o fato de não ter assumido o 'destino ocupacional de sua mãe', que sempre trabalhou como empregada doméstica. Tais saberes adquiridos a instrumentalizaram para lidar com o preconceito por ser mulher e negra em espaços profissionais predominantemente masculinos, além de tê-la inserido em um processo de autonomização moral que reelabora as relações sociais no espaço privado da família.

Com relação a Fabíola, podemos dizer que suas escolhas profissionais foram grandemente influenciadas pela experiência militante plural que possibilitou sua politização. As ideias defendidas pelo movimento feminista questionam os padrões tradicionais inerentes ao espaço privado da família, colocando-a num processo de busca pela construção de relações igualitárias.

A politização adquirida de maneira *formal*, *não-formal* e *informal* deu a essas três mulheres um instrumental que ampliou seu campo de escolhas, sobre o que fazer e o que

ser, ou seja, permitiu escapar à condição de pobreza. Em contrapartida, a ausência dessa experiência militante e dessa politização na vida de Glória, Eleonor e Paula significou a predominância dos padrões tradicionais no espaço privado da família e a redução da possibilidade de superação da condição de pobreza, mesmo no caso de Paula, que teve boa educação formal.

Trajetória ocupacional e o processo de precarização

De maneiras diferentes, a trajetória ocupacional das seis lideranças demonstrou o processo de terceirização e perda de direitos que caracteriza o mercado de trabalho desde o começo da década de 1990. Apenas Fabíola esteve fora do processo de gradativa desqualificação profissional que as demais mulheres experimentaram, incluindo períodos variados de desemprego, preenchidos com trabalhos informais ou 'bicos'.

Eleonor fica presa num circuito de trabalho onde só consegue se reinserir no mercado como copeira, cada vez de modo mais precário por causa do processo de terceirização dos serviços. Outra constante pode ser observada nos períodos de desemprego, sempre preenchidos pelo trabalho doméstico.

A maior parte da trajetória ocupacional de Glória desenvolveu-se no mercado informal, e suas atividades variavam entre empregada doméstica, manicure e vendedora de *tupperware*. Seu primeiro registro profissional é como passadeira, ou seja, uma atividade desvalorizada por ser classificadas como 'feminina'. Esse circuito de trabalhos precários é realimentado pela pouca escolaridade e, também, pela centralidade dada à maternidade e ao matrimônio, confirmando a presença de valores patriarcais mediando a experiência de vida das mulheres em geral (CARVALHO, 2002).

A experiência de desqualificação profissional para Lilá está caracterizado na sua expulsão gradativa do mercado publicitário e na perda de direitos, seja pela falta de recursos para investir na sua formação, seja pelo preconceito de raça e gênero que sofria. Até mesmo no mercado informal os efeitos da precarização se fazem presentes com base na menor rentabilidade e na redução dos benefícios.

Micaela também sofreu preconceito racial na loja onde trabalhava (no setor de crediário), e perdeu um cargo de comando para uma moça branca e loira com menor escolaridade que ela. A partir dessa experiência, ela se inseriu por longo tempo no mercado informal (como autônoma) o que, embora possa ter sido uma opção pessoal, também pode ser explicado a partir da distância entre Cidade Tiradentes e o Centro da

cidade, onde existem mais ofertas de emprego. Desde 2006, ela passou a ter seu próprio negócio. Micaela nunca gostou de trabalhar para terceiros, seja formal ou informalmente, o que pode ser explicado pelas constantes humilhações sofridas na infância, quando era empregada doméstica.

A trajetória ocupacional de Paula esteve inserida no circuito de trabalhos femininos: atuou como costureira autônoma e qualificada. Por problemas de saúde interrompeu essa atividade e foi trabalhar registrada como bibliotecária na escola adventista (inserção virtuosa). A morte de sua filha faz que saia definitivamente do mercado formal aos 40 anos, idade de difícil reinserção no mesmo. A combinação entre formação (ensino médio), idade e distância entre Guaianases e o Centro, onde estão as melhores ofertas de trabalho, contribuem para a perpetuação da situação de desemprego.

O primeiro trabalho de Fabíola já estava inserido na lógica de precarização, na medida em que foi contratada como auxiliar de escritório, em 1997, apenas pelo período de experiência, revelando uma prática de exploração da força de trabalho jovem pautada na falta de experiência. No entanto, sua formação superior possibilita que se insira como servidora pública em 2008, driblando os efeitos do neoliberalismo.

O advento do casamento e a chegada dos filhos

Superar a condição de pobreza por meio do investimento na educação e na formação profissional se delinea como algo cada vez mais distante para algumas delas a partir do casamento e da chegada dos filhos.

Eleonor, Glória, Lilá e Paula foram mais afetadas pelo advento do matrimônio e da maternidade precoce, pois sobrava pouco tempo para investir em outra coisa que não fosse o trabalho fora e dentro de casa. Glória e Paula optaram por uma atividade próxima ao lar e aos filhos. Todo dinheiro obtido com o trabalho era redirecionado para a manutenção do núcleo familiar. Não sobrava dinheiro, portanto, para que se realizassem cursos de qualificação.

Lilá, Glória e Eleonor, para cuidar e sustentar os filhos interrompem os estudos, revelando maior responsabilização das mulheres quanto a reprodução social e trabalho doméstico, o que diminui seu poder de escolha e de elaboração sobre sua vida, mantendo a condição de pobreza. A chegada dos filhos para Micaela e Fabíola não significou a estagnação da trajetória ocupacional. No caso de Micaela houve, até mesmo, mudança positiva, pois ela abriu dois negócios próprios: um brechó e uma *lan house*. Fabíola

manteve-se numa trajetória virtuosa após o nascimento da filha, e assumiu em 2008 o cargo de assistente social do município de São Paulo.

Podemos dizer que o apoio financeiro e moral dado pelos parceiros permitiu que essas duas mulheres não perdessem sua autonomia, pois a relação entre os pares é de caráter mais igualitário, tanto para o núcleo familiar de Micaela, que é homossexual, quanto para o de Fabíola, heterossexual. Assim, a maternidade teve um caráter positivo para ambas, na medida em que não prejudicou sua inserção ocupacional.

A entrada das seis mulheres no terceiro setor

A entrada de Fabíola (assistente social) no terceiro setor é resultado de sua participação nos movimentos sociais, particularmente o movimento organizado em Guaianases contra a violência doméstica sofrida pelas mulheres locais, que resulta num Centro de Referência, coordenado por ela, ligado à associação 'A'. Assim, sua entrada no mundo associativo é uma oportunidade para continuar investindo na sua carreira profissional como assistente social.

Para Micaela o terceiro setor surge como oportunidade de ter renda, mesmo que ilegalmente, e de alcançar centralidade e ter reconhecimento que não havia experimentado no mercado formal. Isto também é válido para Glória, Paula e Eleonor.

Eleonor experimentou um processo gradativo de desqualificação profissional, agravado pela precarização do mercado de trabalho iniciada na década de 1990, que a lançou numa condição de pobreza e vulnerabilidade de difícil superação. É nesse contexto que o terceiro setor surge como oportunidade para romper com essa experiência profissional estacionária e com os padrões tradicionais familiares, limitadores, dando à sua vida um novo sentido, no qual pode exercer sua liderança.

Glória experimenta uma trajetória ocupacional caracterizada pela desvalorização advinda do fato de ter atividades informais e vinculadas ao *care*. Em 1985, sua trajetória ocupacional entra num movimento virtuoso na medida em que se torna presidente da associação 'F' por indicação de políticos do PMDB. Assim, para além do retorno financeiro, o trabalho associativo dá a Glória o *status*, a visibilidade e a centralidade nunca experimentados. Tal experiência também afetará as relações internas à família.

Paula não estava inserida num processo de desqualificação profissional, pois de costureira autônoma passou a trabalhar registrada como bibliotecária. Todavia, é no terceiro setor que ela encontrará a realização pessoal por meio da centralidade e

visibilidade que essa atividade permite, delegando a segundo plano a possibilidade de obter renda.

Para Lilá o trabalho na associação 'G' devolve e amplia sua autoestima, abalada pela experiência de violência doméstica de que era vítima e também pela desqualificação profissional que sofreu. A centralidade, a visibilidade e a importância provenientes da atuação no terceiro setor têm mais peso que a obtenção de renda.

Vemos que o trabalho associativo funciona para as seis lideranças como oportunidade de reinserção ocupacional que as coloca num lugar de importância, que ainda não havia sido experimentado nas atividades anteriores.

Experiência associativa e mudanças na vida privada familiar

Apesar de o trabalho associativo se constituir como uma forma de trabalho precarizado (MONTANO, 2007), sem direitos e instável, possibilita a aquisição de novos saberes que dá à liderança uma centralidade e visibilidade que altera sua identidade como mulher, profissional e cidadã.

Essas mudanças podem ser observadas tanto no modo como elas atuam nas respectivas entidades, como no tipo de relações sociais que caracterizam a vida privada familiar: os valores tradicionais passam a ser questionados com base em novos parâmetros construídos pela experiência associativa.

No núcleo familiar biparental de Glória e Paula vemos, por exemplo, que a relação tradicional de dominação foi abalada, ocorrendo em muitos momentos, no caso de Paula mais fortemente, uma inversão dessa relação de dominação que passa a ser atribuída à mulher, sem, no entanto, haver a constituição de valores igualitários.

Os valores patriarcais também são relativizados nos núcleos familiares de Eleonor e Lilá, mas de outro modo, a saber, pelo rompimento da relação de aliança, pois não conseguem construir uma relação de igualdade com os respectivos maridos e/ou parceiros. Ambas negam a possibilidade de formação de um novo núcleo familiar na medida em que não encontram um parceiro com quem teriam uma relação igualitária, revelando que outra identidade vem sendo construída, na qual a centralidade pertence a elas.

O núcleo familiar de Micaela é formado por duas mulheres, o que poderia nos levar à conclusão de que há uma relação entre iguais. Todavia, o que vemos é uma aproximação de Micaela com uma identidade masculina no que concerne ao papel de

dominação. Contudo, não podemos dizer que essa identidade é determinante, nem predominante, pois na maior parte do tempo a relação do casal passa por uma negociação que caracteriza muito mais uma relação de igualdade.

Entre todas, todavia, é Fabíola que consegue construir uma relação igualitária com seu marido, rompendo com os padrões patriarcais. Destacamos que a constituição de sua identidade feminina dotada de poder, apesar de reforçada pela sua experiência no terceiro setor, vem sendo construída com base em sua participação nas pastorais e movimentos sociais e por influência direta da trajetória da própria mãe, que se inseriu num processo de autonomização.

Vemos, por meio dessas seis trajetórias de vida, que mulheres educadas para serem cuidadoras passam à experiência no terceiro setor, onde adquirem novos e outros saberes que relativizam seus valores anteriores e assumem tanto no espaço privado como no espaço público uma posição de poder, passando a fazer parte de um campo de disputa política e econômica. O processo de autonomização no qual estão inseridas amplia as possibilidades de superação da condição de pobreza anterior, ou seja, aquilo que podem ser e fazer, na medida em que altera as representações cultural e socialmente forjadas sobre a mulher.

A gestão no espaço público

Assim como a experiência no espaço público por meio da atuação no terceiro setor afetou as forma como eram pensadas e vivenciadas as relações no espaço privado, podemos dizer que a experiência acumulada neste último também afetará a forma como essas seis lideranças irão atuar no espaço associativo.

E é a diferença de trajetória de vida – portanto, de experiência – que irá explicar as diversas posturas encontradas entre essas lideranças. Fabíola e Lilá apresentam uma atitude mais militante e impessoal na sua atuação, centrada na reivindicação de direitos e numa relação mais dialógica, enquanto as demais assumem um tipo de perfil mais empresarial e pessoal, em que predomina a política dos ‘jeitinhos’, da autoridade e do uso da persuasão como meio para obter benefícios de toda ordem. Ao colocarmos em perspectiva o sentido político dessas práticas estamos pensando a própria noção de democracia e sua consolidação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos na análise da trajetória de cada uma, a entrada no terceiro setor tem vínculo, embora não exclusivo, com a experiência de desqualificação profissional e de perda de direitos vivida anteriormente no mercado formal, agravada pelo processo de precarização (LIMA, 2002), que apesar de afetar toda a população produz efeitos mais significativos sobre as mulheres que são culturalmente desvalorizadas, aumentando sua vulnerabilidade e condição de pobreza. Isso explicaria, em parte, a presença expressiva das mulheres no trabalho associativo.

Outra razão que colabora para explicar a forte presença das mulheres no terceiro setor está relacionada ao tipo de trabalho comumente desenvolvido nas associações de bairro, vinculados *a priori* ao universo feminino do *care*, a saber, educação e cuidado de crianças, adolescentes e terceira idade.

Uma terceira explicação que justifica essa presença está ligada ao fato de o trabalho no interior do novo associativismo ter um caráter provisório e instável, que entra em dissonância com a experiência de trabalho dos homens, cuja identidade se fez por longo tempo com base na ideia da sociedade salarial, portanto, do mercado formal/estável, diferentemente do que viveram as mulheres. Esse argumento corrobora a afirmação de Georges e Silva (2007) de que a mercado informal absorve mais a mão de obra feminina.

Esse processo de informalização do mercado traz de volta o domicílio como espaço de trabalho (ARAÚJO, 2004), o que fica caracterizado nas experiências de trabalho de Paula e Eleonor, que tinham suas respectivas associações funcionando nas próprias residências na medida em que isso possibilitava que trabalhassem na entidade e cuidassem da casa e dos filhos.

Essa indistinção entre espaço privado familiar e espaço público associativo, entre trabalho doméstico e trabalho profissional, tem um caráter de precariedade na medida em que se podem confundir essas atividades, principalmente se lembrarmos que muitos dos trabalhos desenvolvidos nas associações estão vinculados ao *care*, levando a uma desvalorização do trabalho associativo dessas mulheres. Porém, não podemos ignorar que o processo de profissionalização por que passa o terceiro setor vem contribuindo para uma mudança no sentido atribuído aos saberes e às atividades características do espaço doméstico, o que poderia no longo prazo significar uma valorização do trabalho feminino. Além disso, mesmo em meio à precariedade do mundo social a experiência tem introduzido essas mulheres num processo de autonomização.

Diante do que vimos, podemos dizer que estamos lidando com um contexto no qual ocorre, ao mesmo tempo, um processo de desqualificação profissional da mulher no mercado devido à sua precarização, e inserção da mulher num processo de autonomização, produzida pela experiência com o terceiro setor, que permite a aquisição de novos saberes: “é como se, simultaneamente, fosse lançada na condição de pobreza e se criasse a possibilidade de sair da mesma por meios inesperados” (FERREIRA, 2009).

Contudo, há um caráter de precariedade inerente ao próprio trabalho associativo na atualidade, que merece ser destacado. Com base na experiência das seis líderes comunitárias vimos que o valor repassado pelo poder público para os serviços conveniados não condiz com os gastos reais das entidades, que recorrentemente, segundo Paula, buscam auxílio financeiro por meio de agiotas para manter a associação funcionando, entrando, assim, num processo de endividamento que compromete muitas vezes a renda familiar.

Por exemplo, uma creche direta (da prefeitura) recebe um valor mensal superior àquele destinado às creches conveniadas; os profissionais da prefeitura ganham mais do que os profissionais que trabalham nas creches conveniadas para realizarem os mesmos serviços. Além disso, os convênios têm um tempo de duração, podendo ou não ser renovados, o que coloca em risco a continuidade da oferta de determinado serviço.

Com isso, caracteriza-se a presença da lógica do Estado Mínimo, que assume uma política que repassa de modo precário – na medida em que não dá às instituições condições reais de funcionamento – a responsabilidade de enfrentamento das questões sociais para a sociedade civil organizada no terceiro setor. Evidencia-se um processo de sobreposição dos efeitos da precarização: primeiramente caracterizado pelo fato de o Estado se isentar da responsabilidade de oferecer universalmente tais serviços, o que constitui uma perda de direitos (CABANES; TELLES, 2006); e, em seguida pelo repasse de verba pública inferior às necessidades reais das instituições.

Assim, ainda que exista um processo de profissionalização que pode vir a valorizar o trabalho feminino em longo prazo, como já dissemos, o que se vê mais fortemente hoje é uma maximização dos efeitos da precarização ao recaírem sobre os trabalhos ligados ao *care*. O caso de Eleonor é interessante para perceber essa contradição: ela tenta cotidianamente construir um perfil profissional, seguindo as diretrizes do Sebrae, assumindo uma postura jurídica dentro e fora do ambiente de trabalho. Ela tem conseguido ter sua imagem associada à de uma empreendedora local, ainda que não ganhe oficialmente nada pelos serviços que oferece e tenha de lidar com a dificuldades

aqui descritas. Essa tentativa de construir um perfil mais profissional pode ser visto nos casos de Glória, Micaela e, em menor grau, no de Paula.

O que está implícito no discurso virtuoso da profissionalização é a transformação de direito em produto a ser consumido por uma clientela selecionada, ou melhor, por um tipo específico de público-alvo. A questão social passa a ser um negócio desenvolvido no interior de um mercado de privações sociais (FERREIRA, 2009). Para Gohn (2008) e Arantes (2000) estamos diante de um movimento de despolitização na medida em que se naturaliza a responsabilização da sociedade civil quanto às questões sociais, assim como estamos lidando com novas formas de discriminação, pois a noção de direito é desconstruída e esvaziada do seu sentido universal.

A própria Secretaria de Ação Social (SAS) hierarquiza os problemas sociais na medida em que atribui mais importância a uns que a outros, resultando em repasses diferenciados de verba pública. As associações que oferecem serviços para crianças e adolescentes, por exemplo, recebem mais atenção e verba pública do que aquelas que lidam com a questão da violência doméstica, como explicou Fabíola, evidenciando mais uma vez a desvalorização das mulheres na sociedade.

No entanto, é justamente com base na experiência de Fabíola que encontramos algo novo, que se contraponha a essa lógica de mercado e de oferta de serviços que invade as decisões e práticas das instituições, pois ela conseguiu dar ao Centro de Referência onde trabalha legitimidade, transformando-o num espaço de debates.

Ao apontarmos essa experiência não estamos reproduzindo o discurso virtuoso que defende a humanização do capital por meio das ações desenvolvidas no terceiro setor, mesmo porque, como já mostramos, não se pode falar de humanização quando existem práticas discriminatórias regendo tais ações, presentes nas escalas valorativas que hierarquizam os problemas sociais; escalas essas que muitas vezes se apoiam em preconceitos culturalmente construídos.

Não podemos ignorar que hoje a atuação da sociedade civil organizada no terceiro setor é uma participação definida pelo poder público, com regras claras, o que teoricamente transformaria as associações em meros braços do Estado, oferecendo alguns tipos de serviços precários para públicos-alvo selecionados muitas vezes a partir de critérios pessoais. Diante desse cenário Gohn (2008) aponta para a existência de uma política que substitui a noção de cidadania pela noção de clientela.

Por meio da análise das trajetórias de vida percebemos que os discursos dicotômicos, ao polarizarem os argumentos e posicionamentos políticos, perdem de vista as singularidades das práticas cotidianas, essenciais para entender os processos que

caracterizam o cenário social atual. Apenas uma observação em longo prazo do mundo microsocial permite esse entendimento, na medida em que descreve as mudanças que vêm sendo promovidas em espaços inusitados.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILLI, P.; SADER, E. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Sociedade civil: sua democratização para a Reforma do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (Org.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Org.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Enap, 1999. p.67-116. Disponível em: www.bresserpereira.org.br/papers/1998/93SociedadeCivil.PDF.

CABANES, Robert; TELLES, V. S. (Org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.

CARVALHO, Denise Gomide. *Mulheres na coordenação de organizações do terceiro setor no município de São Paulo (1990-2000): construção de sujeitos coletivos e de propostas socioeducativas*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2002.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. (Coleção Humanitas; Área: Antropologia).

DRUCK, G. A flexibilização e a precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30. *Anais...* Caxambu, 2006.

DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERREIRA, Silvia C. M. *Líderes comunitárias e o trabalho nas associações de bairro de São Paulo: os limites entre a participação política e a inserção ocupacional*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2009.

GEORGES, I. P. H.; SILVA, C. F. A naturalização da precariedade: trabalho informal, “autônomo” e cooperativado entre costureira em São Paulo (Brasil). In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DEL TRABAJO, 5. Montevideo, 2007.

GUÉRIN, Isabelle. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Loyola, 2005.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. (Org.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: Senac/SP, 2006.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, H.; MARUANI, M. (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac/SP, 2003.

JUCÁ, Maria Carolina Miranda. Crise e reforma do Estado: as bases estruturantes do novo modelo. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 7, n.61, jan. 2003. Disponível em: jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3598; Acesso em: 20 out. 2009.

LAVINAS, Lena et al. *Trabalho a domicílio: novas formas de contratação*. Genebra: OIT, 1998.

LEITE, M. P. *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MATOS, M. Izilda S. *Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

MONTANO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NEVES, Magda de A.; COSTA, Bianca L. Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13. Desigualdade, Diferença, Reconhecimento. *Anais...* Recife, 2007. p.247-248.

SARTI, C. A. A família como ordem simbólica. *Psicologia USP*, São Paulo, v.15, n.3, p.11-28, 2004.

_____. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

WANDERLEY, Mariângela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). *A artimanha da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. p.16-26.

YAZBEK, M. Carmelita. A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social. *Cadernos Abong: Políticas de Assistência Social*, São Paulo, v.1, n.1, p.15-24, 1995.

NOTAS

¹ Este texto é uma síntese da dissertação de mestrado (FERREIRA, 2009) defendida junto à Faculdade de Educação da Unicamp, sob a orientação da Prof^a Dr^a Márcia de Paula Leite e da Prof^a Dr^a Isabel Georges.

² A opção em realizar a pesquisa nesses três distritos deveu-se a dois fatores: (1) apresentarem diferentes histórias/tempos de formação (148 e 25 anos, respectivamente, em 2009), assim como de envolvimento com os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, o que poderia resultar em distintos modos de atuação das líderes comunitárias e de gestão das entidades; (2) assemelharem-se quanto aos fatores socioeconômicos caracterizados pela deficiência na cobertura pelo poder público de infraestrutura básica e de equipamentos urbanos, o que combinado a outros aspectos qualifica a região como de alta vulnerabilidade social, expondo as líderes de associação aos mesmos problemas sociais.

Artigo recebido em 14.09.09. Aprovado em 19.10.09.